

Ano Pastoral 2023 – 2024

Diocese de Viana do Castelo

«Comunidade de Discípulos Missionários»

(Papa Francisco)

Em 2027, a Diocese de Viana do Castelo celebrará os cinquenta anos da sua criação como Igreja Diocesana.

Estas datas, denominadas de Jubileu – júbilo, alegria – são celebradas em expressão de festa, de ação de graças, de reconhecimento pelo passado que consolidou a estrutura eclesial, pelas pessoas, verdadeiros apóstolos, que animaram a sua evangelização, mas igualmente para projetar o futuro.

Na fidelidade às origens, conscientes dos desafios do presente, lançamo-nos na edificação da Igreja diocesana com o olhar no futuro. Afinal, a dinâmica do Reino de Deus manifesta-se nestas duas coordenadas: o «já» e o «ainda não».

O «já» contém toda a história da Salvação, cujo culminar se manifesta na Encarnação e no Mistério Pascal de Jesus de Nazaré; o «ainda não» abre-nos para o futuro da Escatologia.

Este futuro escatológico mobiliza-nos, atrai-nos, dá sentido ao presente e ao passado, mas liberta-nos das suas amarras quando não nos **deixa** ser fiéis à profundidade do Evangelho de Cristo.

S. João refere-se a este itinerário pessoal e comunitário de maneira excelente e deliciosa, quando afirma que «agora somos de Deus, e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Mas sabemos que quando Ele Se manifestar, seremos semelhantes a Ele, porque o veremos como Ele é» (1Jo. 3,2).

Ou, como refere S. Paulo, «tenho como coisa certa que os sofrimentos do tempo presente nada são em comparação com a glória que há-de revelar-se em nós» (Rom. 8, 18).

Já na carta que dirige à comunidade de Éfeso, S. Paulo revela a manifestação de Cristo ao dizer que «a uns Ele constituiu Apóstolos, a outros, Profetas, a outros, Evangelistas, Pastores e Doutores, para o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério para a edificação do Corpo de Cristo; até que cheguemos todos à unidade da fé e do conhecimento do filho de Deus ao estado do homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo» (Ef. 4, 11-13).

Na verdade, é Cristo, pela ação do Espírito Santo, que conduz a História e renova a Sua Igreja. Compete-nos reconhecer os Sinais da Sua presença e o modo pelo qual Jesus de Nazaré continua a interpelar-nos, a chamar-nos e a edificar em nós o Homem Novo.

Neste breve trecho da carta aos Efésios, após enumerar os diversos carismas e ministérios na obediência a Cristo, sublinha três características fundamentais para a comunidade cristã: a unidade da fé; o conhecimento do Filho de Deus; o estado do Homem perfeito, que tem como medida a estatura de Cristo.

Estas três características não podem ser entendidas de modo estático; muito pelo contrário, elas só responderão aos desígnios de Deus e às aspirações mais profundas da pessoa humana, se, em processo dinâmico, se renovarem permanentemente.

Neste itinerário que nos levará até à celebração do Jubileu da nossa Diocese, importa dedicar tempo a prepará-la convenientemente.

Nesta preparação, a que dedicaremos três anos, exige-se, em ritmo sinodal, com a participação de todos os cristãos e das restantes pessoas de boa vontade, que elejamos os temas, os gestos e os Sinais que se julguem mais adequados para o tempo de renovação a que somos chamados.

Contudo, a par com a análise da realidade da Igreja e do mundo, no contexto da cultura atual e dos desafios que ela provoca na comunidade diocesana, reconhecendo o esforço dos que nos antecederam e deram corpo à Diocese, é de premente exigência que nos projetemos no futuro.

Por isso, neste próximo ano pastoral, atentos aos dinamismos que vão emergindo do Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade, na atenção à realidade da Igreja diocesana e aos apelos que lhe estão a ser lançados, iremos, todos em conjunto, delinear as ações, os gestos e os dinamismos necessários para, nos próximos anos, preparamos convenientemente a celebração do Jubileu da nossa Diocese.

1. Reconhecer a importância do Jubileu

Certamente, estamos conscientes de que uma das primeiras tarefas é aprofundar o significado do Jubileu.

Esta palavra já entrou no nosso vocabulário e nas nossas manifestações sociais. Por isso, determinadas datas são denominadas de jubilares, sejam de carácter pessoal, institucional, patrimonial ou associativo.

Com estas efemérides acentua-se mais o carácter festivo, evocativo, e, da situação presente, projeta-se o futuro.

Percorrendo a História da Salvação, deparamo-nos com esta proclamação de datas jubilares desde o Povo da primeira Aliança, passando pela Vida Pública de Jesus Cristo e pela Sua projeção na vida da Igreja.

S. João Paulo II, na preparação do Jubileu do Ano 2000, através da Bula que denominou de *Incarnationis mysterium* (1998), dá-nos a conhecer a riqueza da celebração de um Jubileu.

Passo a apresentar algumas das suas passagens.

O Papa S. João Paulo II, realçando a Encarnação de Jesus Cristo, centra toda a história da humanidade na pessoa de Jesus de Nazaré ao

referir que «Jesus é verdadeiramente a realidade nova que supera tudo quanto a humanidade pudesse esperar, e tal permanecerá para sempre ao longo das épocas sucessivas da história» (nº 1).

E, acrescenta: «deste modo, a encarnação do Filho de Deus e a salvação que realizou com a sua morte e ressurreição são o verdadeiro critério para avaliar a realidade temporal e qualquer projeto que procure tornar a vida do homem cada vez mais humana» (nº 1).

Esta expressão do Papa serve-nos perfeitamente para orientar todas as ações a realizar e a celebração que nos propomos concretizar. Na verdade, é no conhecimento de Jesus de Nazaré, atentos aos Seus apelos e disponíveis para o envio para que Ele nos capacita, que devemos mobilizar-nos para a renovação da nossa comunidade diocesana.

Desta centralidade em Jesus Cristo nos fala, também, o Papa Francisco. Em Budapeste (2023), o Papa dizia que «Cristo é o nosso futuro, porque é Ele que guia a história, Ele é o Senhor da história».

Continuando com o texto de S. João Paulo II, aí se refere que «o tempo jubilar faz-nos ouvir aquela linguagem vigorosa que Deus usa, na sua pedagogia de salvação, para impelir o homem à conversão e à penitência, princípio e caminho da sua reabilitação e também condição para recuperar aquilo que não poderia conseguir só com as suas forças: a amizade de Deus, a sua graça, a vida sobrenatural, a única onde podem achar solução as aspirações mais profundas do coração humano» (nº 2).

Profundas expressões que chamam a atenção para a linguagem vigorosa de Deus que, por amor às Suas criaturas, lhes oferece um caminho, pedagogia, para saborear a salvação. Concretiza este itinerário como conversão e penitência que, embora dependa do esforço humano, é sobretudo iniciativa amorosa de Deus, que impele à reabilitação.

Mais ainda. Realça-se a correlação entre o itinerário jubilar e as profundas aspirações humanas.

Focados nesta realidade que revela o ser humano no que mais profundo encontra em si mesmo, reconhecemos que esta é uma oportunidade a aproveitar, e que todo o projeto que nos conduzirá a esta celebração deve exprimir esta ambição do ser humano: a renovação.

Este evento deve ser acolhido como a força projetada na comunidade cristã para um renovado anúncio do Reino de Deus. Por isso, afirma o Santo Padre, «numa ocorrência tão especial como esta, é forçoso voltar com fidelidade segura à doutrina do Concílio Vaticano II, o qual, considerando as exigências atuais da evangelização, projetou nova luz sobre o *compromisso missionário da Igreja*» (nº 2).

E acrescenta: «de facto, no Concílio a Igreja adquiriu uma consciência mais viva do seu próprio mistério e da missão apostólica que lhe foi confiada pelo seu Senhor» (nº 2). Aliás, «esta consciência obriga a comunidade dos crentes a viver no mundo ciente de que é “o fermento e a alma da sociedade humana, a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus”» (nº 2).

Tal como se depreende do Concílio Vaticano II, toda a caminhada em direcção ao Jubileu deve incentivar a um compromisso eficaz de toda a comunidade na edificação da comunhão e da unidade.

Um acontecimento que aparentemente se manifestaria mais em religiosidade popular, desperta-nos para uma autêntica vivência das exigências de uma vida pastoral renovada segundo os ditames do Concílio Vaticano II. Acentua-se, neste texto, a dimensão missionária da Igreja.

Dado que o Jubileu se reveste de uma evocação de uma história vivida, poderia restringir-se a esta memória que, embora agradecida, é insuficiente para o que deve exprimir a profundidade deste acontecimento. Assim, «os cristãos sentem-se revigorados com a certeza de levarem ao mundo a luz verdadeira, Cristo Senhor» (nº 2).

Realmente, «ao anunciar Jesus de Nazaré, verdadeiro Deus e perfeito Homem, a Igreja oferece a todo o ser humano a perspectiva de ser “divinizado” e, dessa forma, tornar-se mais homem» (nº 2). Este é o único caminho pelo qual o mundo pode descobrir a sublime vocação a que é chamado, e realizá-la na salvação operada por Deus.

Compreenderemos, então, que a celebração de um Jubileu com este alcance, rompe as fronteiras da Comunidade Cristã e alarga a sua ação ao mundo, oferecendo às mulheres e homens de hoje a sua dignidade mais profunda.

Este é um processo evangelizador e é com esta finalidade que devemos encará-lo na nossa Diocese.

Na verdade, «Jesus revela o rosto de Deus Pai, “misericordioso e compassivo” (Tg. 5, 11), e, com o envio do Espírito Santo, torna patente o mistério de amor da Trindade». Porém, «é o Espírito de Cristo que atua na Igreja e na história: é preciso permanecer à escuta d'Ele para reconhecer os sinais dos novos tempos e fazer com que a expectativa do regresso do Senhor glorioso se torne cada vez mais ardente no coração dos fiéis» (nº 3).

1.1. Tempo de Festa

Provavelmente a manifestação mais perceptível do Jubileu seja o seu carácter festivo.

Na verdade, toda a vida cristã deve pautar-se pela festa e pela alegria que se celebra e que contagia. S. Paulo é perentório ao afirmar perante a comunidade de Filipos: «Alegrai-vos sempre no Senhor, repito alegrai-vos» (Fil. 4, 4). E continua desafiando a que se torne notória a mansidão dos cristãos perante os homens.

O mesmo S. Paulo indica o comportamento pessoal e comunitário para alcançar a verdadeira alegria. Diz ele: «tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é

amável, tudo o que é de boa fama, tudo o que é virtuoso e louvável, é o que deveis ter em mente» (Fil. 4, 8).

Por fim, desafia a que cada um seja testemunha dos valores e critérios que levam à verdadeira alegria, para que a outros contagie. Por isso, tem o dever de afirmar que «o que aprendestes, recebestes, ouvistes de mim e vistes em mim é o que deveis praticar» (Fil. 4, 9).

É precisamente neste contexto e com o mesmo alcance, que o Papa Francisco desafia cada cristão a viver a alegria que brota do amor vivido e convivido com Cristo. Na verdade, «o Evangelho, onde resplandece gloriosa a Cruz de Cristo, convida insistentemente à alegria» (EG. 5)

Na certeza de que não se vive a alegria sempre com a mesma intensidade nem do mesmo modo em todas as etapas da vida ou em todas as circunstâncias da vida, todavia, «adapta-se e transforma-se, mas sempre permanece pelo menos como um feixe de luz que nasce da certeza pessoal de, não obstante o contrário, sermos infinitamente amados» (EG. 6).

A alegria cristã está interligada com a evangelização. Aliás, «somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade» (EG. 8).

Realmente, «chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro» (EG. 8).

Como refere o Papa Francisco, «aqui está a fonte da ação evangelizadora» (EG. 8). Assim, diz-nos o Santo Padre, «a alegria do Evangelho, que enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária»; «esta alegria é um sinal de que o Evangelho foi anunciado e está a frutificar» (EG. 21); e ainda, «a alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém» (EG. 23).

Perante a pergunta sobre os motivos que nos levarão a celebrar um Jubileu em festa, em alegria, que se traduz em entusiasmo, certamente nos depararemos com muitas causas exteriores, muitas conquistas e esforços recompensados, mas, sobretudo, devemos reconhecer-nos como verdadeiramente acarinhados por Deus e abraçados pelo Seu Filho, Jesus Cristo, saboreando em nós a ternura e a bondade, o amor e a compaixão do Pai.

Daqui brota a força evangelizadora e, por isso, teremos de relacionar a festa e a alegria da celebração jubilar não só com a herança evangelizadora que nos foi entregue como testemunho dos que nos antecederam, mas, sobretudo com a vontade firme de nos lançarmos, hoje, como comunidade cristã com ímpeto evangelizador.

O Papa S. João Paulo II, no texto citado acima, refere-se ao Jubileu como uma ocasião de festa nupcial. Aí se diz que «cada ano jubilar é uma espécie de convite para uma festa nupcial» (nº 4).

Daí o convite a que «acorrámos todos, vindos das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais espalhadas (...), para a festa que se prepara; tragamos connosco aquilo que já nos une, e o olhar fixo unicamente em Cristo permita-nos crescer na unidade que é fruto do Espírito» (nº 4).

Não estamos muito habituados a usar o termo «núpcias» para nos referirmos à nossa relação com Deus e à festa que brota do encontro com Cristo e se expressa na comunidade que se reúne e se une à volta da mesa do altar da Eucaristia.

Tanto o Povo de Israel na primeira Aliança, como S. Paulo na Nova Aliança, se referem à comunhão com Cristo como verdadeiramente nupcial. Sim, porque se trata de uma entrega total do ser. Condição perfeita para a vivência da alegria.

1.2. Tempo de Metanoia (conversão)

Jesus Cristo inicia a Sua vida pública convidando à conversão. Já João Baptista, preparando a vinda do Messias, desafiou os seus contemporâneos à conversão.

A conversão, metanoia, é a medida alta de toda a evolução da pessoa e da sociedade. Torna-se necessário estar permanentemente a corrigir o percurso da vida para que ela não se desvie do objetivo para o qual cada pessoa foi criada, e para que a sociedade seja verdadeiramente humana.

Não estando muito presente, nem na linguagem, nem nos comportamentos das pessoas de hoje, a conversão é algo de absolutamente necessário e urgente.

Entendida como renovação pessoal, comunitária, implementada nas diversas estruturas da sociedade ou na edificação de uma cultura mais humana, a conversão – sendo uma exigência da vivência da fé cristã impulsionada pelo encontro com Cristo – torna-se uma exigência na experiência comunitária que vive centrada em Cristo e progride no abraço fraterno, promovendo a comunhão e a unidade, e fortalecendo a diversidade de serviços e funções.

Uma comunidade cristã, que deve pautar-se pelo acolhimento e pelo acompanhamento pessoal, não pode deixar de apresentar a plena comunhão com Cristo como o objetivo a alcançar para quem deseje ser Seu discípulo.

Usando as palavras do Papa S. João Paulo II no texto acima citado, reconhecemos que «a Igreja sempre celebrou o Jubileu como uma etapa significativa do seu caminhar para a plenitude em Cristo» (nº 5). Aliás, «a história mostra o grande ímpeto com que o Povo de Deus sempre viveu

os Anos Santos, vendo neles um tempo em que se fazia sentir mais intensamente o convite de Jesus à conversão» (nº 5).

Na verdade, insiste o Santo Padre, «poder-se-ia escrever uma longa história de santidade, partindo precisamente da prática do Jubileu e dos frutos de conversão que a graça do perdão produziu em tantos crentes» (nº 5).

Convido todos os cristãos, cada uma das comunidades cristãs, a percorrermos o itinerário que nos levará até ao Jubileu da Diocese sempre com estas duas coordenadas fundamentais da conversão e da santidade.

Todas as ações e gestos ficariam vazios se não favorecessem este objetivo primordial de toda a vida cristã.

Partindo deste desafio que o Papa Francisco nos lança de promover a comunidade cristã como espaço aberto a todos e participada por todos, «este Jubileu pode justamente ser considerado “grande”, e a Igreja nutre o vivo desejo de acolher nos seus braços todos os fiéis, para lhes oferecer a alegria da reconciliação» (nº 6 do texto de São João Paulo II que temos vindo a acompanhar).

Deste modo, de toda a Igreja diocesana, contando com cada comunidade cristã e com todos os batizados, elevar-se-á o hino de louvor e ação de graças ao Pai, que, no Seu amor incomparável, nos concedeu em Cristo a graça de sermos «concidadãos dos santos e membros da família de Deus» (Ef. 2, 19).

Se a conversão prioritária se situa na pessoa e na sua relação com Deus e com os seus irmãos, à pertença a uma comunidade eucarística e a seguir as Bem-aventuranças, não podemos deixar de nos referir à renovação, conversão, da vida pastoral que passa não só pelas pessoas, mas também pelas estruturas.

O Papa Francisco, na Exortação Pós-sinodal *Evangelii Gaudium*, num dado passo, desafia a comunidade cristã dizendo que espera «que todas as comunidades se esforcem por atuar os meios necessários para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão» (EG. 25).

Aliás, como ele próprio afirma, «neste momento, não nos serve uma “simples administração”» (EG. 25). Pelo contrário, «constituamo-nos em “estado permanente de missão”, em todas as regiões da terra» (EG. 25).

Este tempo de preparação do Jubileu da Diocese deve atingir também as nossas estruturas diocesanas, paroquiais, de grupos, associações, irmandades e movimentos. Teremos de nos perguntar se estão a ser verdadeiramente evangelizadoras ou, pelo contrário, mantidas por tradição; a ser assim, não servem para a proclamação e testemunho do Evangelho no hoje da nossa história.

Acertadamente nos refere o Papa Francisco que «há estruturas eclesiais que podem chegar a condicionar um dinamismo evangelizador; de igual modo, as boas estruturas servem quando há uma vida que as anima, sustenta e avalia» (EG. 26).

Certamente que «sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem “fidelidade da Igreja à própria vocação”, toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo» (EG. 26).

Voltados para a Igreja diocesana e para a responsabilidade que cabe ao Bispo na conversão pastoral, exige-se uma atenção redobrada ao que a este respeito nos refere o texto da Exortação Pós-sinodal *Evangelii Gaudium* que, num dado passo, sublinha que «cada Igreja particular, porção da Igreja Católica sob a guia do seu Bispo, está, também ela, chamada à conversão missionária» (EG. 30).

Na verdade, segundo a doutrina conciliar do Vaticano II, «ela é o sujeito primário da evangelização, enquanto é a manifestação concreta da única Igreja num lugar da terra e, nela, “está verdadeiramente

presente e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica”» (EG. 30).

Aliás, continua o texto, «é a Igreja encarnada num espaço concreto, dotada de todos os meios de salvação dados por Cristo, mas com um rosto local» (EG. 30).

Deste modo, «a sua alegria de comunicar Jesus Cristo exprime-se tanto na sua preocupação por anunciá-Lo noutros lugares mais necessitados, como numa constante saída para as periferias do seu território ou para os novos âmbitos socioculturais» (EG. 30).

Mais ainda: fiel ao Mestre, «procura estar sempre onde fazem mais falta a luz e a vida do Ressuscitado» (EG. 30). Assim, desafia-nos o Santo Padre, «para que este impulso missionário seja cada vez mais intenso, generoso e fecundo, exorto também cada uma das Igrejas particulares a entrar decididamente num processo de discernimento, purificação e reforma» (EG. 30).

Sendo um desafio à conversão pessoal, comunitária e diocesana, renovando todos os processos evangelizadores de modo que se tornem mais missionários e capazes de atingir a todos, há uma ajuda indispensável a prestar ao Bispo diocesano e ao seu ministério.

Dado que «o Bispo deve favorecer sempre a comunhão missionária na sua Igreja diocesana, seguindo o ideal das primeiras comunidades cristãs, em que os crentes tinham um só coração e uma só alma (cfr. Act. 4, 32)» (EG. 31); exige-se que, no exercício do seu ministério, «às vezes pôr-se-á à frente para indicar a estrada e sustentar a esperança do povo, outras vezes manter-se-á simplesmente no meio de todos com a sua proximidade simples e misericordiosa e, em certas circunstâncias, deverá caminhar atrás do povo, para ajudar aqueles que se atrasaram e sobretudo porque o próprio rebanho possui o olfato para encontrar novas estradas» (EG. 31).

Concretamente, «na sua missão de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, deverá estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canónico e de outras formas de diálogo pastoral, com o desejo de ouvir a todos, e não apenas alguns sempre prontos a lisonjeá-lo» (EG. 31).

Finalmente, «o objetivo destes processos participativos não há-de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos» (EG. 31).

Estão já dados os passos que levarão à promoção dos ministérios eclesiais na nossa diocese e a implementação dos Conselhos Pastorais. Importa continuar e valorizar cada vez mais este processo de dinamismo pastoral.

1.3. Tornar-se Peregrino

Entre os diversos apelos e ações que enriquecem a caminhada jubilar, a peregrinação é, sem dúvida, uma dimensão fundamental que interpela cada ser humano e, nomeadamente, cada cristão.

No contexto de uma sociedade cómoda, de uma cultura do sucesso e da instalação, perante a sedução da sedentarização, somos convidados à desinstalação, à saída de nós mesmos, à deslocação ao encontro do Outro e dos outros, à partida para novas margens.

Toda a história bíblica, a começar por Abraão, manifestando a vontade divina de que o Povo de Deus saísse da terra da escravidão para chegar à terra da Promessa, culminando no envio do Filho de Deus, que interpelou todos os que desejassem ser Seus discípulos a deixar tudo para O seguirem e, n'Ele, a servir os irmãos, somos chamados a fazer esta mesma experiência em comunidade, como o Novo Povo de Deus, que caminha no mundo em busca dos novos céus e da nova terra (cfr. 2Pe. 3,13).

Recordemos a passagem da Constituição Conciliar *Lumen Gentium* que diz: «a Igreja “prossegue a sua peregrinação no meio das perseguições do mundo e das consolações de Deus”, anunciando a cruz e a morte do Senhor até que Ele venha (cfr. Cor. 11,26)» (LG. 8). E, continua: «mas é robustecida pela força do Senhor ressuscitado, de modo a vencer, pela paciência e pela caridade, as suas aflições e dificuldades tanto internas como externas, e a revelar, velada mas fielmente, o seu mistério, até que por fim se manifeste em plena luz» (LG. 8).

Num outro passo, podemos ler que «caminhando por meio de tentações e tribulações, a Igreja é confortada pela força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor para que não se afaste da perfeita fidelidade por causa da fraqueza da carne, mas permaneça digna esposa do seu Senhor, e, sob a ação do Espírito Santo, não cesse de se renovar até, pela cruz, chegar à luz que não conhece ocaso» (LG. 9).

Já a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, logo ao início, referindo-se à Igreja, sublinha que é a comunidade formada por «homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai» (GS. 1).

É esta condição de peregrinos em busca de Deus, que já veio ao nosso encontro em Jesus Cristo, que devemos acentuar nesta caminhada jubilar.

Daí a necessidade de aprofundar a nossa condição de cristãos, de conhecer bem o mundo no qual peregrinamos, atender aos que caminham connosco e aos que estão despojados à beira do caminho, projetar-nos numa constante renovação à luz do Espírito Santo, e assumir a condição de missionários.

O peregrino necessita de alimento e de entreatajuda. Daí a exigência ainda maior na participação eucarística e a vivência dos sacramentos, gestos de Jesus Cristo para alentar na caminhada humana sujeita a tantos perigos e, como tanto se tem insistido, a participação ativa numa comunidade cristã.

Usando novamente as palavras do Papa S. João Paulo II, no texto acima citado, diremos que «a peregrinação sempre constituiu um momento significativo na vida dos fiéis, revestindo expressões culturais diferentes nas várias épocas» (nº 7).

Afinal, «ela lembra o caminho pessoal do crente seguindo as pegadas do Redentor: é exercício de ascese ativa, de arrependimento pelas faltas humanas, de vigilância constante sobre a própria fragilidade, de preparação interior para a conversão do coração» (nº 7).

Na verdade, «através da vigilância, do jejum, da oração, o peregrino avança pela estrada da perfeição cristã, esforçando-se por chegar, com a ajuda da graça de Deus, “ao estado de homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo” (Ef. 4, 13)» (nº 7).

A peregrinação, sem dúvida, «reproduz a condição do homem, que gosta de descrever a sua própria existência como um caminho» (nº 7). Aliás, «do nascimento até à morte, cada um vive na condição peculiar do *homo Viator*» (nº 7).

Aprofundando esta condição de peregrino, o cristão melhor reconhecerá que a sua vida é um convite permanente a seguir a Cristo e a disponibilizar-se para a missão de que o mesmo Senhor o encarrega.

Voltemos ao magnífico texto da Exortação Pós-sinodal do Papa Francisco *Evangelii Gaudium*, em que se diz que «sentimos o desafio de descobrir e transmitir a “mística” de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade, numa caravana solidária, numa peregrinação sagrada» (EG. 87).

E acrescenta-se: «Assim, as maiores possibilidades de comunicação traduzir-se-ão em novas oportunidades de encontro e solidariedade entre todos» (EG. 87). Daí, exclamar o Santo Padre: «Como seria bom, salutar, libertador, esperançoso, se pudéssemos trilhar este caminho! Sair de si mesmo para se unir aos outros faz bem» (EG. 87).

Na verdade, «o Evangelho convida-nos sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela,

com os seus sofrimentos e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado» (EG. 88). Realmente, «a verdadeira fé no Filho de Deus feito carne é inseparável do dom de si mesmo, da pertença à comunidade, do serviço, da reconciliação com a carne dos outros» (EG. 88). Aliás, «na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura» (EG. 88).

É próprio da peregrinação sentir fome e sede. Isto acontece de forma física, mas transforma-se em sinal de uma outra fome e de uma outra sede que estão latentes no ser humano e que, se não são saciadas no alimento íntegro e na fonte límpida, acabam por debilitar os que delas sentem necessidade.

Estamos hoje, tal como noutros tempos, mas com maior premência, a necessitar de satisfazer, com a oferta de Jesus Cristo que Se fez alimento e nos prometeu o envio do Seu Espírito, como água refrescante, a procura ansiosa dos homens e mulheres do mundo de hoje.

Muito simples, aparentemente, mas tão profunda a interpelação que nos é lançada na preparação e na celebração deste Jubileu.

Peregrinar é fazer a experiência de Povo de Deus, uma Igreja de todos e para todos.

Como nos recorda o Papa Francisco, realçando a doutrina conciliar do Vaticano II, «ser Igreja significa ser povo de Deus, de acordo com o grande projeto de amor do Pai» (EG. 114). Daí concluir que «isto implica ser o fermento de Deus no meio da humanidade; quer dizer anunciar e levar a salvação de Deus a este nosso mundo, que muitas vezes se sente perdido, necessitado de ter respostas que encorajem, deem esperança e novo vigor para o caminho» (EG. 114).

Aliás, «a Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho» (EG. 114).

Povo peregrino que experimenta a ternura, a bondade, a misericórdia e o perdão de Deus.

Estamos numa Diocese onde a peregrinação tem longa tradição e marca a religiosidade dos seus habitantes, seja em romarias, procissões, caminhos de Santiago, peregrinações a Fátima, e outras. Exige-se que estas manifestações conduzam a uma verdadeira peregrinação pessoal de encontro com Deus e com os irmãos e a uma maior participação na comunidade cristã, reconhecendo a Eucaristia como centro e ápice de toda a vida pessoal e comunitária.

Esta preparação do Jubileu diocesano é uma oportunidade maravilhosa para crescer na identidade cristã e na força mobilizadora do testemunho fiel e coerente com a missão evangelizadora.

1.4. Deslocar-se às fontes da Ternura e do Perdão de Deus

Tocamos um dos aspetos mais profundos, e tantas vezes incompreendido e pouco consciencializado, do itinerário jubilar. Referimo-nos às fontes da misericórdia, do amor, da ternura e do perdão que brota do Coração amoroso de Jesus Cristo.

A gratuidade do amor de Deus e a Sua presença terna e misericordiosa junto das Suas criaturas, são das descobertas mais gratificantes para quem caminha na história do mundo.

Aprofundar lucidamente o sentido de que se reveste a indulgência, enquanto perdão total por iniciativa amorosa de Deus, e sentir a presença do amor que é grande em perdoar, é o itinerário interior que não pode faltar na celebração de um jubileu.

Trazer à reflexão de todos os diocesanos esta exigência, já no ano preliminar à preparação da celebração jubilar da Diocese, quer manifestar não só a sua importância para a experiência cristã, a sua necessidade para a pessoa de hoje e nomeadamente para os cristãos,

mas, sobretudo, porque se torna necessário dar tempo para uma verdadeira catequese, formação, despertar cada um para a maravilha da intervenção de Jesus Cristo presente na Sua Igreja.

Mais ainda, exige-se a disponibilidade de todos os que estão constituídos em ministros do Sacramento da ternura, da misericórdia e do perdão, que dediquem o maior do seu esforço a serem testemunhas e profetas do amor de Deus.

Inclui-se neste dinamismo a comunidade cristã. Ela, em todos os seus membros, é testemunha da presença de Jesus Cristo na comunidade que a renova e a configura à Sua imagem, convidando-a a ser casa de acolhimento, de perdão, de acompanhamento, de misericórdia e de ternura.

Para ilustrar este desafio, é forçoso recordar uma passagem da Carta Apostólica do Papa S. João Paulo II Novo Millennio Ineunte, apresentada como o programa pastoral para a Igreja neste novo milénio. Aí se refere que «fazer da Igreja a casa e a escola da comunhão: eis o grande desafio que nos espera no milénio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo» (NmI. 43).

Pergunta-se o Santo Padre: «Que significa isto em concreto?»

Pergunta à qual responde, dizendo que «também aqui o nosso pensamento poderia fixar-se imediatamente na ação, mas seria errado deixar-se levar por tal impulso» (NmI. 43). Deste modo, «antes de programar iniciativas concretas, é preciso *promover uma espiritualidade da comunhão*, elevando-a ao nível de princípio educativo em todos os lugares onde se plasma o homem e o cristão, onde se educam os ministros do altar, os consagrados, os agentes pastorais, onde se constroem as famílias e as comunidades» (NmI. 43).

Nas palavras do Santo Padre, «espiritualidade da comunhão significa em primeiro lugar ter o olhar do coração voltado para o mistério

da Trindade, que habita em nós e cuja luz há-de ser percebida também no rosto dos irmãos que estão ao nosso redor» (NmI. 43).

Mais ainda, «espiritualidade da comunhão significa também a capacidade de sentir o irmão de fé na unidade profunda do Corpo místico, isto é, como “um que faz parte de mim”, para saber partilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos, para intuir os seus anseios e dar remédio às suas necessidades, para oferecer-lhe uma verdadeira e profunda amizade» (NmI. 43).

Vai mais além, afirmando que «espiritualidade da comunhão é ainda a capacidade de ver antes de mais nada o que há de positivo no outro, para acolhê-lo e valorizá-lo como dom de Deus: um “dom para mim”, como o é para o irmão que diretamente o recebeu» (NmI. 43).

Termina sublinhando que «por fim, espiritualidade da comunhão é saber “criar espaço” para o irmão, levando “os fardos uns dos outros” (Gal. 6,2)» e rejeitando as tentações egoístas que sempre nos insidiam e geram competição, arrivismo, suspeitas, ciúmes» (NmI. 43).

Acompanhamos os desafios do Papa S. João Paulo II e a renovação que despertam, quando refere que «não haja ilusões! Sem esta caminhada espiritual, de pouco servirão os instrumentos exteriores da comunhão» (NmI. 43). Aliás, «revelar-se-iam mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento» (NmI. 43).

É neste contexto que nos situamos no despertar para o amor e para a misericórdia de Deus, experimentados no Sacramento da Reconciliação.

Neste itinerário de preparação da celebração jubilar da Diocese, fazemos nosso o apelo do Papa, que diz: «solicito ainda uma renovada coragem pastoral para, na pedagogia quotidiana das comunidades cristãs, se propor de forma persuasiva e eficaz a prática do Sacramento da Reconciliação (NmI. 37)».

Ilustra o que se passou no Jubileu do ano 2000, mas pode também ajudar-nos na decisão de nos empenharmos mais na valorização deste Sacramento. Exorta o Santo Padre a que se faça «todo o esforço para superar a crise do “sentido do pecado”, que se verifica na cultura contemporânea», e, mais ainda, que se volte «a descobrir Cristo como *mysterium pietatis*, no qual Deus nos mostra o seu coração compassivo e nos reconcilia plenamente Consigo» (NmI. 37).

Afinal, «tal é o rosto de Cristo que importa fazer redescobrir também através do Sacramento da Penitência, que constitui, para um cristão, “a *via ordinária* para obter o perdão e a remissão dos seus pecados graves cometidos depois do Batismo”» (NmI. 37).

Aludindo à crise deste Sacramento, que atinge a consciência de muitos cristãos e não é alheia à debilidade pastoral de muitos sacerdotes, o Papa reconhece que «os motivos que a originaram, não desapareceram neste breve espaço de tempo» (NmI. 37).

No entanto, manifesta confiança que «o ano jubilar, que foi caracterizado particularmente pelo recurso à Penitência sacramental, ofereceu-nos uma estimulante mensagem que não deve ser perdida: se tantos fiéis — jovens muitos deles — se aproximaram frutuosamente deste Sacramento, provavelmente é necessário que os Pastores se armem de maior confiança, criatividade e perseverança para o apresentarem e fazerem-no valorizar» (NmI. 37).

Servem estas palavras de estímulo para nós, diocesanos de Viana do Castelo, e igualmente apelamos aos sacerdotes com os termos do Santo Padre, quando refere que «não devemos render-nos, queridos Irmãos no sacerdócio, diante de crises contemporâneas! Os dons do Senhor — e os Sacramentos contam-se entre os mais preciosos deles — vêm d'Aquele que bem conhece o coração do homem e é o Senhor da história» (NmI. 37).

Acolher o amor de Deus e os Seus gestos de misericórdia e de perdão, situa-nos numa comunidade acolhedora, que acompanha, trata das feridas e partilha com os mais necessitados.

1.5. A Comunidade Cristã é a casa dos pobres

Percorrendo a Sagrada Escritura nas passagens que se referem à celebração do Jubileu, dada a forte experiência da gratuidade do amor de Deus realçando o gesto de perdão, deparamo-nos com um conjunto de determinações acerca do acolhimento e da partilha para com os pobres e marginalizados.

Voltamos ao texto de S. João Paulo II, citado acima, onde se diz que «o cristão, que se debruça sobre este cenário, deve aprender a fazer o seu ato de fé em Cristo, decifrando o apelo que Ele lança a partir deste mundo da pobreza» (NmI. 50).

Segundo as palavras do Santo Padre, «trata-se de dar continuidade a uma tradição de caridade, que já teve inumeráveis manifestações nos dois milénios passados, mas que hoje requer, talvez, ainda maior capacidade inventiva» (NmI. 50).

Desperta-nos o Papa S. João Paulo II, realçando que «é hora duma nova “fantasia da caridade”, que se manifeste não só nem sobretudo na eficácia dos socorros prestados, mas na capacidade de pensar e ser solidário com quem sofre, de tal modo que o gesto de ajuda seja sentido, não como esmola humilhante, mas como partilha fraterna» (NmI. 50).

Acrescenta-se então o apelo ao qual não podemos ficar indiferentes e que, se bem entendido, pode renovar toda a ação pastoral das comunidades cristãs em benefício dos mais marginalizados e excluídos, quando se afirma que «por isso, devemos procurar que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como “em sua casa”» (NmI. 50).

Daí a pergunta necessária, estimuladora e lúcida: «Não seria, este estilo, a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino?» (NmI. 50).

Na verdade, «sem esta forma de evangelização, realizada através da caridade e do testemunho da pobreza cristã, o anúncio do Evangelho — e este anúncio é a primeira caridade — corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta» (NmI. 50).

Assumamos, em nós, o desafio que nos é lançado quando se diz que «a caridade das *obras* garante uma força inequívoca à caridade das *palavras*» (NmI. 50).

Isto mesmo nos refere o Apóstolo e evangelista S. João: «meus filhos não amemos com palavras, mas por ações e em verdade» (1Jo. 3, 18)

Enorme desafio nos é lançado à vida pastoral das nossas comunidades e ao comportamento dos cristãos: renovar a vida cristã a partir da caridade. Como diz o Santo Padre, abrir-se à nova fantasia da caridade e fazer as nossas comunidades acolhedoras de tal modo, que os pobres se sintam nelas como em sua casa.

No texto acima citado, a Bula que orienta a preparação do Jubileu do ano 2000, o Papa S. João Paulo II, realçando o serviço social cristão como integrante da preparação e da celebração do Jubileu, afirma que «um sinal da misericórdia de Deus, particularmente necessário hoje, é o da caridade, que abre os nossos olhos às carências daqueles que vivem pobres e marginalizados» (nº 12).

Realmente, «tais situações estendem-se hoje sobre vastas áreas sociais e cobrem com a sua sombra mortífera populações inteiras» (nº 12). Afinal, «o género humano tem pela frente novas formas de escravatura, mais subtis do que as conhecidas no passado; para muitas pessoas, a liberdade continua a ser uma palavra destituída de conteúdo» (nº 12).

Atentos ao que nos rodeia, observamos que «numerosas nações, especialmente as mais pobres, vivem oprimidas por uma dívida que assumiu tais proporções que o seu pagamento se tornou praticamente impossível» (nº 12). Torna-se claro que «não se pode atingir um progresso

real sem uma efetiva colaboração entre os povos das diversas línguas, raças, nacionalidades e religiões» (nº 12).

Na génese bíblica do Jubileu, está o convite a «ser eliminadas as prepotências que levam ao domínio de uns sobre os outros: tais prepotências são pecado e injustiça» (nº 12). Como afirma o texto evangélico, «quem se preocupa em acumular tesouros apenas na terra (cfr. Mt. 6, 19) “não enriquece diante de Deus” (Lc. 12, 21).

É urgente que se mobilizem todos os esforços, a começar pelos cristãos, de modo a promover «uma nova cultura de solidariedade e cooperação internacionais, na qual todos — especialmente os países ricos e o sector privado — assumam a sua quota-parte de responsabilidade para se chegar a um modelo de economia ao serviço de toda a pessoa» (nº 12).

Inspirado no episódio evangélico do pobre Lázaro e do rico avarento, o Papa S. João Paulo II exorta a que «não deve ser prorrogado ulteriormente o tempo em que também o pobre Lázaro possa sentar-se ao lado do rico para partilhar do mesmo banquete, sem ter de continuar constringido a alimentar-se do que cai da mesa (cfr. Lc. 16, 19-31)» (nº 12).

De facto, «a pobreza extrema é fonte de violências, rancores e escândalos; remediá-la é trabalhar pela justiça e conseqüentemente pela paz» (nº 12).

Dado que o Jubileu é um apelo mais à conversão do coração através da mudança de vida, «a todos recorda que não se deve absolutizar os bens da terra porque não são Deus, nem o seu domínio ou a pretensão de domínio pelo homem porque a terra pertence a Deus e a Ele somente: “a terra pertence-Me, e vós sois apenas estrangeiros e hóspedes na minha casa” (Lv. 25, 23)» (nº 12).

Sentindo as injustiças e as discórdias, a usurpação da dignidade humana que está patente em tantas partes do mundo, geradoras de conflitos, de guerras, de violências e de domínio de uns sobre os outros, espezinhandosobretudo os pobres, devemos ter

presente que nos compete, a nível da comunidade diocesana, trabalhar pela justiça e pela paz, pela integração e humanização dos marginalizados, dar voz aos que não têm voz, e impregnar as estruturas sociais de paz e de justiça, realçando, nas palavras e nas ações, a dignidade da pessoa humana e a defesa do bem comum.

Eis uma caminhada que urge fazer e que merece o esforço de todos neste itinerário para a celebração do Jubileu diocesano.

2. Comunidade de Discípulos Missionários

O próximo ano, revestindo-se de um tempo em que somos chamados a definir os objetivos, as estratégias, as ações e os agentes que irão nortear a preparação do Jubileu em três etapas, correspondendo aos três anos que nos separam do ano festivo da celebração dos cinquenta anos da criação da Diocese, bem podemos aprofundar esta proposta que nos vem do Papa Francisco e que exprime o seu sonho para a Igreja de hoje, que ele define como «comunidade de discípulos missionários».

Sim! Diz o Papa: «A Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que “primeireiam” [*“tomam a iniciativa”, neologismo criado pelo Papa*], que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam» (EG. 24).

2.1. Edificar a Comunidade Cristã

Logo dos primórdios do cristianismo, os discípulos de Jesus Cristo reconheceram que era uma exigência da sua condição de batizados em Cristo integrarem, viverem em partilha fraterna e participarem ativamente numa Comunidade cristã.

Este reconhecimento e conseqüente adesão, está fundamentado no querer de Jesus de Nazaré que, à volta de Si,

configurou o modelo da Comunidade cristã através do chamamento dos doze e constituindo-os em Comunidade Apostólica.

Durante os primeiros séculos da vida da Igreja, designada por Época Apostólica, dos Mártires e dos Apologetas, esta característica essencial da Igreja, Ser Comunidade, estava muito vincada e assumida por todos os batizados.

Em épocas posteriores, esta marca ficou muito restrita aos mosteiros e conventos e, como tal, circunscrita à vida religiosa e deixando a vida de cada cristão a ser vivida individualmente.

Ao longo do século XX, vários movimentos renovadores na Igreja despertaram para a essencialidade da manifestação da fé cristã, que tem de ser comunitária.

Este apelo renovador entra na reflexão conciliar do Vaticano II e nos documentos que dela emergiram.

A partir daqui, numa procura das fontes e reconhecendo os sinais que nos interpelam no mundo de hoje, a exigência da edificação de Comunidades cristãs, onde habitam todos os batizados, é fundamental e essencial.

Passados estes anos de aplicação do Concílio, será esta, porventura, a exigência, ainda muito pouco concretizada.

Reconhecemos que, ao celebrar o Jubileu da Diocese, Comunidade cristã que vive no território de Viana do Castelo, a edificação da Comunidade é uma exigência premente para caminhar na renovação da Diocese, das paróquias e das suas estruturas.

2.2. Comunidade Cristã enraizada na Eucaristia

O Concílio Ecuménico Vaticano II, na Constituição Sacrosanctum Concilium, afirma que «o nosso Salvador instituiu na última Ceia, na noite em que foi entregue, o Sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu

Sangue para perpetuar pelo decorrer dos séculos, até Ele voltar, o Sacrifício da cruz, confiando à Igreja, sua esposa amada, o memorial da sua morte e ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal em que se recebe Cristo, a alma se enche de graça e nos é concedido o penhor da glória futura» (SC. 47).

Esta relação entre a celebração da Eucaristia e a Ceia Pascal de Jesus Cristo, na qual instituiu o Sacerdócio na pessoa dos Seus Apóstolos, é a verdade suprema a ser descoberta e aprofundada por todos os diocesanos de Viana do Castelo.

Há uma relação intrínseca entre a celebração da Eucaristia e a participação ativa dos fiéis. Refere-o o citado documento, ao dizer que «é por isso que a Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não entrem neste mistério de fé como estranhos ou espectadores mudos, mas participem na ação sagrada, consciente, ativa e piedosamente, por meio dum boa compreensão dos ritos e orações; sejam instruídos pela palavra de Deus; alimentem-se à mesa do Corpo do Senhor; deem graças a Deus; aprendam a oferecer-se a si mesmos, ao oferecer juntamente com o sacerdote, que não só pelas mãos dele, a hóstia imaculada; que, dia após dia, por Cristo mediador, progridam na unidade com Deus e entre si, para que finalmente Deus seja tudo em todos» (SC. 48).

Nas expressões utilizadas pelos Padres Conciliares está a exortação a apreender, toda a riqueza dos mistérios que a Eucaristia contem e que, pela relação que se estabelece entre o discípulo, a Comunidade e Cristo, se revela a todos aqueles que nela participam.

Recorrendo às fontes, e no desejo de renovação da Igreja, tal como se expressa no referido documento conciliar, **a Comunidade cristã e, nela, cada cristão vivendo autenticamente a Eucaristia, não pode deixar de expressar o significado mais autêntico do Domingo.**

Deste modo, afirma o Concílio, «por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo» (SC. 106).

Na verdade, continua o texto, «neste dia devem os fiéis reunir-se para participarem na Eucaristia e ouvirem a palavra de Deus, e assim recordarem a Paixão, Ressurreição e glória do Senhor Jesus e darem graças a Deus que os “regenerou para uma esperança viva pela Ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos” (1 Pedr. 1,3)» (SC. 106).

Afinal, conclui-se, «o domingo é, pois, o principal dia de festa a propor e inculcar no espírito dos fiéis; seja também o dia da alegria e do repouso» (SC. 106).

Aliás, adverte este documento conciliar, «não deve ser sacrificado a outras celebrações que não sejam de máxima importância, porque o domingo é o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico» (SC. 106).

Daí o vínculo que a Eucaristia estabelece com a Igreja e com cada Comunidade cristã.

De facto, segundo o pensamento conciliar, a celebração eucarística está no centro do processo de crescimento da Igreja. Na verdade, como se afirma na Encíclica de S. João Paulo II *Ecclesia de Eucharistia* que abre dizendo «A Igreja vive da Eucaristia». Realmente, «esta verdade não exprime apenas uma experiência diária de fé, mas contém em síntese o *próprio núcleo do mistério da Igreja*» (EE. 1).

Dado que «do mistério pascal nasce a Igreja», então «a Eucaristia, que é o sacramento por excelência do mistério pascal, *está colocada no centro da vida eclesial*» (nº 3).

Acrescenta-se, ainda no referido texto, que «a Igreja vive continuamente do sacrifício redentor, e tem acesso a ele não só através duma lembrança cheia de fé, mas também com um contacto atual, porque este sacrifício volta a estar presente, perpetuando-se, sacramentalmente, em cada comunidade que o oferece pela mão do ministro consagrado» (EE. 12).

Conclui-se dizendo que «deste modo, a Eucaristia aplica aos homens de hoje a reconciliação obtida de uma vez para sempre por Cristo para a humanidade de todos os tempos» (EE. 12).

Iluminados pelas palavras de S. Paulo, também nós proclamamos «o pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Uma vez que há um só pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos participamos do mesmo pão» (1 Cor. 10, 16-17).

Recordemos o comentário de S. João Crisóstomo, que nos refere que «com efeito, o que é o pão? É o corpo de Cristo. E em que se transformam aqueles que o recebem? No corpo de Cristo; não muitos corpos, mas um só corpo. De facto, tal como o pão é um só apesar de constituído por muitos grãos, e estes, embora não se vejam, todavia estão no pão, de tal modo que a sua diferença desapareceu devido à sua perfeita e recíproca fusão, assim também nós estamos unidos reciprocamente entre nós e, todos juntos, com Cristo».

A par com um aprofundamento da relação do batizado com a Comunidade cristã, teremos, enquanto discípulos de Cristo, de sentir vivamente o laço intrínseco da Comunidade com a Eucaristia.

Sem a Eucaristia, a Igreja, e cada Comunidade, seria simplesmente uma associação. O que lhe dá o sentido pleno da comunidade que vive na comunhão e na unidade, é a Eucaristia, na qual se nutre cada batizado.

Abrindo caminhos de renovação para a Igreja diocesana, somos impelidos a empenhar-nos cada vez mais na vivência eucarística e a traduzir na vida os dinamismos que dela emergem.

2.3. Comunidade em rosto sinodal, ministerial e de serviço aos mais pobres

O maior dos desafios lançados à Igreja é de retomar nas fontes o rosto sinodal, que se exprime na vivência da comunhão, na participação

ativa de todos os batizados e na corresponsabilidade pela missão evangelizadora.

Esta é uma tarefa permanente e a exigir que continuamente lhe prestemos atenção.

É tão profunda a marca clerical, que paralisou a capacidade de renovação e parece desviar, com subterfúgios ardilosos, a aplicação do Concílio Ecuménico Vaticano II na sua autenticidade, profundidade e globalidade.

Recorrendo ao texto do Instrumentum Laboris para a primeira fase do Sínodo dos Bispos 2023, deparamo-nos com esta proposta que é, ao mesmo tempo, a interpelação que cada comunidade cristã deve sentir: «a consciência de que uma Igreja sinodal se funda no reconhecimento da dignidade comum derivada do Batismo, que torna todos os que o recebem filhos e filhas de Deus, membros da família de Deus e, portanto, irmãos e irmãs em Cristo, habitados pelo único Espírito e enviados para cumprir uma missão comum» (nº 20).

E, no mesmo texto, acrescenta-se, referindo que «enraizado nessa consciência está o desejo de uma Igreja que também seja cada vez mais sinodal em suas instituições, estruturas e procedimentos, de modo a constituir um espaço no qual a dignidade batismal comum e a corresponsabilidade pela missão não sejam apenas afirmadas, mas exercidas e praticadas» (nº 21).

A par com uma comunidade que escuta, que dialoga e que prima pela humildade, «uma Igreja sinodal é aberta, acolhedora e abraça a todos» (nº 26).

Aliás, numa Igreja de rosto sinodal e com prática forte de participação de todos os batizados, «não há fronteira que este movimento do Espírito não sinta dever ultrapassar, para atrair todos ao seu dinamismo» (nº 26).

Como se afirma no referido texto, «a natureza radical do cristianismo não é prerrogativa de algumas vocações específicas, mas a

chamada para construir uma comunidade que viva e dê testemunho de uma maneira diferente de entender o relacionamento entre as filhas e os filhos de Deus, uma maneira que incarne a verdade do amor, que se baseie no dom e na gratuidade» (nº 26).

Finalmente, «a chamada radical é, portanto, para construirmos juntos, sinodalmente, uma Igreja atraente e concreta: uma Igreja em saída, na qual todos se sintam bem-vindos» (nº 26).

Nunca é demais insistirmos nos órgãos que exprimem a comunhão, que favorecem a participação e que corresponsabilizam para a missão evangelizadora. Estamos a referir-nos aos Conselhos Pastorais.

O Papa Francisco, na alocução de abertura do processo sinodal, em 2021, afirmava que «comunhão e missão correm o risco de permanecer termos meio abstratos, se não se cultiva uma práxis eclesial que se exprima em ações concretas de sinodalidade em cada etapa do caminho e da atividade, promovendo o efetivo envolvimento de todos e cada um».

Neste sentido, exige-se a promoção de Conselhos Pastorais que expressem, sob a iluminação do Espírito Santo, a capacidade de uma Comunidade cristã se deixar penetrar pela verdadeira criatividade, discernimento e força para a missão de testemunho de Jesus Cristo no mundo.

A par com a exigência descrita no parágrafo anterior, a Igreja renova-se e responde à interpelação do Espírito para os tempos de hoje, na promoção de todos os ministérios e serviços.

Como afirma o documento preparatório da primeira fase do Sínodo dos Bispos, «uma Igreja que se descobre missionária e sinodal diz respeito ao modo como é capaz de solicitar a contribuição de todos, cada um com

seus dons e funções, valorizando a diversidade dos carismas e integrando a relação entre dons hierárquicos e carismáticos» (nº 54).

Na verdade, insiste-se no texto, «a perspectiva da missão coloca os carismas e os ministérios no horizonte do que é comum, salvaguardando assim a sua fecundidade, que fica comprometida quando estes se tornam prerrogativas que legitimam lógicas de exclusão» (nº 54).

Este caminho já iniciado deverá ser percorrido com coragem por toda a comunidade diocesana.

Não podemos deixar de referir a opção de servir os mais pobres como característica essencial da vida de uma comunidade cristã. Jesus Cristo, que se manifestou pobre na Sua Pessoa, que convidou ao despojamento a todos os que O seguissem, determinou no sermão da montanha quais as condições essenciais para os Seus discípulos.

Com palavras e gestos é anunciada a Boa Nova aos pobres.

Realmente, «constituir um espaço no qual a dignidade batismal comum e a corresponsabilidade pela missão não sejam apenas afirmadas, mas exercidas e praticadas», exige «o exercício da autoridade na Igreja é apreciado como um dom, com o desejo de que seja cada vez mais configurado como “um verdadeiro serviço, significativamente chamado “diaconia” ou ministério na Sagrada Escritura” (LG 24), seguindo o modelo de Jesus, que se abaixou para lavar os pés de seus discípulos (cfr. Jo. 13, 1-11)» (nº 21).

Jesus de Nazaré deu-nos o exemplo, de modo que todo o discípulo seja como Ele nos gestos de serviço aos mais excluídos.

2.4. Comunidade de Discípulos

No contexto de preparação do Jubileu da Diocese, uma questão fundamental que terá de nos inquietar é, precisamente, o rosto da nossa

Igreja, as possibilidades e incapacidades que sentimos em ser comunidade à maneira de Jesus Cristo.

Importa questionarmo-nos sobre o percurso que nos trouxe até hoje, dando graças por tantos contributos e por uma tradição viva que, de geração em geração, foi transmitindo o que de mais genuíno a Igreja possui, e como se foi respondendo à evangelização do mundo de cada época.

Igualmente teremos de nos perguntar sobre o adormecimento da fé, os ritos vazios e as tradições sem conteúdo evangélico, fazendo das paróquias mais associações do que verdadeiras Comunidades cristãs.

Muitos dos sinais de declínio do cristianismo que verificamos entre nós, a ausência de dinamismo de grupos e movimentos, o alheamento dos cidadãos em relação à Igreja, considerando-a como algo de marginal e com pouco significado ou intervenção, demonstram que nos falta centrarmo-nos no essencial e traduzir a vida cristã em expressão de Amor.

Esta é, sem dúvida, a característica do discípulo. Este segue o Mestre. Deste modo, para se ser discípulo, exige-se que se deixe encontrar pelo Mestre, sentir-se chamado por Ele, abrir a «sua casa» para Ele entrar, saborear a Sua intimidade e, deixando-se impregnar pelo Amor de Jesus de Nazaré, decidir-se pela missão de O anunciar.

No Evangelho de S. João, recolhemos esta expressão de Jesus de Nazaré que afirma perante os Seus discípulos: «Não fostes vós que Me escolhestes, fui Eu que vos escolhi e vos nomeei para irdes e dardes frutos, e o vosso fruto permanecer» (Jo. 15, 16). E acrescenta, dizendo: «Isto vos mando: que vos ameis uns aos outros» (Jo. 15, 17).

Dar a iniciativa a Jesus Cristo, deixar-se interpelar por Ele, deixar-se despojar perante o Seu amor e receber d'Ele a voz que envia, são características fundamentais para quem quiser trilhar os caminhos de um cristianismo autêntico.

Certamente reconhecemos que esta posição contrasta com aquela que habitualmente orienta as nossas opções cristãs. Na verdade, damos pouco espaço à escuta, à conversão, ao amor que tudo transforma, e permanecemos numa rotina de repetição de gestos e palavras que são expressão da opinião individual, da rivalidade ou do encerramento em estruturas criadas por nós.

Vincando a realidade do Amor como condição essencial para o discípulo, Jesus Cristo afirma perante aqueles que desejam segui-Lo que já não lhes chama servos, mas amigos.

Eis como se expressa Jesus de Nazaré no Evangelho de S. João: «Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamei-vos amigos, porque tudo o que ouvi de Meu Pai vo-lo dei a conhecer (Jo. 15, 15).

Eis um dos maiores desafios para a Igreja do futuro, que importa começar a viver desde agora. É nesta base, e com esta consciência, que se pode projetar uma comunidade cristã que expressa a alegria que se expande e atinge a todos e, deste modo, dá a conhecer a Jesus Cristo.

2.5. Comunidade de discípulos missionários

Ao referirmo-nos aos discípulos, a realidade da missão é-lhes inerente.

Todo o batizado, pelo facto de se deixar encontrar com Jesus Cristo, sentir vivencialmente o chamamento que lhe é dirigido pelo Mestre, torna-se em ser missionário.

Contudo, importa reforçar a essencialidade da pertença à Comunidade cristã. Poder-se-á evangelizar pessoalmente, mas não desvinculado da comunidade. Daí reforçar esta verdade da Comunidade

como o verdadeiro agente da evangelização e, como tal, da missão da Igreja.

A Igreja Povo de Deus manifesta-se missionária em todos os seus membros. Somos um Povo Missionário.

O Papa Francisco, na Exortação Pós-sinodal *Evangelii Gaudium*, di-lo claramente, ao realçar que «a evangelização é dever da Igreja» (EG. 111). E, acrescenta que «este sujeito da evangelização, porém, é mais do que uma instituição orgânica e hierárquica; é, antes de tudo, um povo que peregrina para Deus» (EG. 111).

Aliás, «trata-se certamente de um *mistério* que mergulha as raízes na Trindade, mas tem a sua concretização histórica num povo peregrino e evangelizador, que sempre transcende toda a necessária expressão institucional» (EG. 111).

Daí a proposta do Santo Padre em compreender a Igreja que tem o seu fundamento último na iniciativa livre e gratuita de Deus.

Urge recuperarmos um princípio fundamental pelo qual o Concílio Vaticano II definiu a Igreja, ao apresentá-la como Sacramento Universal de Salvação.

Clarificando, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* abre com esta afirmação: «A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar com a Sua luz, que resplandece no rosto da Igreja, todos os homens, anunciando o Evangelho a toda a criatura (cfr. Mc. 16, 15)» (LG. 1).

E continua o texto conciliar, «mas porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano, pretende ela, na sequência dos anteriores Concílios, pôr de manifesto com maior insistência, aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal» (LG. 1).

E, porque se propõe olhar a Igreja e a sua missão em diálogo com o mundo de hoje, sublinha que «as condições do nosso tempo tornam ainda mais urgentes este dever da Igreja, para que deste modo os homens

todos, hoje mais estreitamente ligados uns aos outros, pelos diversos laços sociais, técnicos e culturais, alcancem também a plena unidade em Cristo» (LG. 1).

Importa, hoje, na nossa Comunidade diocesana, insistir nestas três realidades intervenientes na missão do Povo de Deus: Jesus Cristo, a Igreja e o Mundo, ao qual Jesus Cristo envia os Seus discípulos para o salvarem.

Neste sentido nos exorta o Papa Francisco, ao realçar que «esta salvação, que Deus realiza e a Igreja jubilosamente anuncia, é para todos, e Deus criou um caminho para Se unir a cada um dos seres humanos de todos os tempos» (EG. 113).

Daí o verdadeiro caminho estar no próprio desígnio traçado pelo Mestre, quando escolheu os seus discípulos e decidiu «convocá-los como povo, e não como seres isolados». Aliás, «ninguém se salva sozinho, isto é, nem como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças» (EG. 113).

Na verdade, «Deus atrai-nos, no respeito da complexa trama de relações interpessoais que a vida numa comunidade humana supõe» (EG. 113). Deste modo, «este povo, que Deus escolheu para Si e convocou, é a Igreja» (EG. 113).

Como refere o Papa, Jesus não diz aos Apóstolos para formarem um grupo exclusivo, um grupo de elite.

A partir da afirmação de que ser Igreja significa ser povo de Deus, de acordo com o grande projeto de amor do Pai, o Papa Francisco realça que «isto implica ser o fermento de Deus no meio da humanidade; quer dizer anunciar e levar a salvação de Deus a este nosso mundo, que muitas vezes se sente perdido, necessitado de ter respostas que encorajem, deem esperança e novo vigor para o caminho» (EG. 114).

Finalmente, «a Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho» (EG. 114).

Ao colocarmo-nos perante estes desafios que nos vêm do Evangelho, solenemente apresentados nos documentos conciliares do Vaticano II, no Magistério da Igreja e, sobretudo, pela atualização com que o Papa Francisco os realça, não podemos ficar indiferentes. Muito pelo contrário, estas interpelações, fortes e atuais, devem ecoar no nosso ser de modo que, acolhendo-as, nos deixemos orientar por elas.

Tocamos um dos objetivos mais importantes e profundos da celebração do Jubileu diocesano e da sua conveniente preparação. Se queremos chegar à referida celebração a olhar para o futuro da nossa Igreja diocesana e, a partir de uma reflexão séria, do conveniente discernimento e da realidade concreta com que nos deparamos e pela qual Deus nos fala, este apelo a sermos discípulos missionários é de relevante oportunidade e de imprescindível necessidade.

A tónica da missão está, hoje, presente em todos os pronunciamentos do Magistério da Igreja e por isso, teremos de nos acautelar para não desgastarmos o conteúdo deste desafio sem o levarmos à prática.

Tal como se pode ler no texto da referida Exortação Pós-sinodal Evangelii Gaudium, «em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cfr. Mt. 28, 19)» (EG. 120).

Deste modo, «cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas recetor das suas ações» (EG. 120).

Referindo-se à Nova Evangelização, sublinha o Papa que esta deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados.

Assim, «esta convicção transforma-se num apelo dirigido a cada cristão para que ninguém renuncie ao seu compromisso de

evangelização, porque, se uma pessoa experimentou verdadeiramente o amor de Deus que o salva, não precisa de muito tempo de preparação para sair a anunciá-lo, não pode esperar que lhe deem muitas lições ou longas instruções» (EG. 120).

Aliás, «cada cristão é missionário na medida em que se encontrou com o amor de Deus em Cristo Jesus; não digamos mais que somos “discípulos” e “missionários”, mas sempre que somos “discípulos missionários”» (EG. 120).

Colocamos, nesta etapa da nossa reflexão, uma exigência à vida pastoral da nossa Diocese a que, mais adiante, voltaremos. Estamos a referir-nos à formação cristã do Povo de Deus.

Formar discípulos missionários exige um método ou um plano, adequado a esta finalidade ou objetivo, que teremos de descobrir e implementar com coragem e paciência.

Não nos deveria ser difícil, porque ele está já iniciado nos textos do Evangelho, muito bem desenvolvido nas primeiras comunidades cristãs, e retomado no Concílio Ecuménico Vaticano II e documentos posteriores.

2.6. Algumas características de uma comunidade de discípulos missionários

O Papa Francisco, na referida Exortação Pós-sinodal *Evangelii Gaudium*, ao mencionar a Igreja Povo de Deus como Comunidade de discípulos missionários, enaltece a realidade, que é uma urgência, da Igreja em saída. Acrescenta que «a Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que “primeireiam”, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam» (EG. 24).

Vejamos cada uma destas características que nos servem para iluminar o caminho a percorrer na renovação pastoral das nossas comunidades cristãs.

Igreja em saída: todos conhecemos o mandato de Jesus Cristo com o qual convoca os seus discípulos para a missão Evangelizadora: «Ide».

A força e a consciência deste mandato esteve muito presente nas comunidades cristãs dos primeiros séculos da Igreja, mas, sem nunca se ter interrompido, foi perdendo força ao longo da sua história. Resulta que hoje nos encontramos com uma prática cristã muito voltada para o ser individual, e com tarefas pastorais tão-só no interior da paróquia.

Não falta organização, mas falta vida e dinamismo evangelizadores. É a todos notório o enfraquecimento do compromisso cristão, e não nos referimos tão-só ao número, mas sobretudo à força evangelizadora que, brotando do encontro com Cristo, se exprime no mundo em que vivemos.

É urgente alterar o paradigma que nos está a paralisar e enfraquecer. Não há outro senão o que vem nas fontes da fé cristã e que foi experimentado pelos cristãos que, em determinadas épocas da história parecidas com a nossa, sentiram o apelo a serem autênticos evangelizadores no meio do mundo, na sociedade e na cultura.

Onde estão as pessoas com as suas aspirações, problemas, alegrias, esperanças e sofrimentos e perplexidades? É uma pergunta fundamental para reconhecermos onde se tem de ir, a partir de uma comunidade em saída.

Toda a prática cristã, mesmo a sacramental, ficará diminuída, se não mesmo vazia, se não se orientar para este objetivo missionário.

Na verdade, «há estruturas eclesiais que podem chegar a condicionar um dinamismo evangelizador; de igual modo, as boas estruturas servem quando há uma vida que as anima, sustenta e avalia» (EG. 26). Aliás, «sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem

“fidelidade da Igreja à própria vocação”, toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo» (EG. 26).

Na caminhada de preparação do Jubileu da Diocese, tenhamos muito presente este princípio e deixemo-nos converter, pessoal e comunitariamente por ele, porque esta exigência brota do próprio mandato de Jesus Cristo, que deve ser hoje renovado.

Comunidade de discípulos missionários que “primeireiam”: o próprio Papa Francisco reconhece que está a usar um neologismo e explica o seu significado dizendo que «tomam a iniciativa! A comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, precedeu-a no amor (cfr. 1Jo. 4, 10), e, por isso, ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos» (EG. 24).

Realmente, «vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva» (EG. 24).

Daí o apelo: «Ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa!» (EG. 24).

Perante a acusação de que a Igreja hoje é muito reativa, afastada da realidade, insignificante perante a resposta aos problemas do homem e da sociedade, é urgente colocar-se na linha da frente no ver, no discernir e no atuar.

Perante Jesus Cristo, que nos antecede e se coloca junto de nós primando pela iniciativa, também a comunidade, em todos os seus membros, deve ter a coragem de não ter medo de enfrentar os problemas, mas, pelo contrário, colocar-se na vanguarda própria dos Apóstolos e dos grandes evangelizadores.

O cristão tem a presença do Espírito Santo que ilumina, orienta o discernimento e fortalece a missão a desempenhar.

Há realmente uma atitude nova a assumir por todos, para que a missão da Igreja corresponda à vontade do seu Mestre, Jesus Cristo.

Não tenhamos medo de ir à frente.

Comunidade de discípulos missionários que se envolve: tomar a iniciativa, não ter medo de ir à frente enfrentado os problemas que afetam as pessoas, interliga-se com uma comunidade que se envolve. O Papa explica o significado do verdadeiro envolvimento, partindo do gesto de Jesus que lavou os pés aos seus discípulos.

Deste modo, «o Senhor envolve-Se e envolve os seus, pondo-Se de joelhos diante dos outros para os lavar; mas, logo a seguir, diz aos discípulos: “Sereis felizes se o puserdes em prática” (Jo. 13, 17)» (EG. 24).

Mergulhando no mistério de Cristo, «com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até à humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo» (EG. 24).

Daí, refere o Santo Padre, «os evangelizadores contraem assim o “cheiro das ovelhas”, e estas escutam a sua voz» (EG. 24).

São belas estas expressões, são profundas, mas são igualmente um desafio à renovação da vida pastoral, a começar pela conversão pessoal do evangelizador.

Encaminha-nos no envolvimento nas realidades dos irmãos o exemplo de Cristo e o Seu mandato para que, como Ele fez, façamos nós também.

Tocar as chagas dos irmãos.

As chagas de Cristo e as chagas dos irmãos que sofrem devem ser assumidas por uma comunidade, cujos membros se deixam envolver pela sorte dos seus contemporâneos. Não só as chagas dos irmãos, porque ficariam sem profundidade e significado, nem só as chagas de Cristo,

porque ficariam desvinculadas da ação redentora que Jesus quer provocar na Sua Igreja e no mundo ao qual os discípulos são enviados.

Dizia o Papa Francisco na alocução do Angelus de 19 de abril de 2019: «aproximemo-nos de Jesus e toquemos as suas chagas nos nossos irmãos que sofrem». E ainda: «as chagas de Jesus são um tesouro: delas jorra a misericórdia». Daí o convite a que «sejamos corajosos e toquemos as chagas de Jesus», porque, afinal, «com estas chagas Ele está diante do Pai, mostra-as ao Pai, como para dizer: “Pai, é este o preço, estas chagas são o preço que eu paguei pelos meus irmãos”».

Aliás, conclui o Santo Padre: «com as suas chagas Jesus intercede diante do Pai». Assim, se nos aproximarmos, Ele concede-nos a misericórdia e intercede por nós».

Recomenda-nos, então que «não esqueçamos as chagas de Jesus».

Com o termo «chaga», provavelmente estamos a significar e exprimir as situações mais dramáticas e sofredoras da humanidade, mas igualmente as esperanças frustradas, os anseios aniquilados, os projetos truncados.

Se nos aproximarmos e nos deixarmos envolver a partir das Chagas de Cristo, «nas suas Chagas fomos curados» (Is. 53, 5), então sentiremos a esperança reabilitada, a alegria recuperada, o sentido da vida alicerçado, e amor divino derramado a fortalecer a nossa fraternidade.

Em Budapeste, em abril passado, dizia o Papa Francisco, no seu discurso aos Bispos e demais consagrados, que «esta é a Igreja que devemos sonhar: uma Igreja capaz de mútua escuta, de diálogo, de atenção aos mais frágeis; uma Igreja acolhedora de todos, uma Igreja corajosa em levar a cada um a profecia do Evangelho».

Para ilustrar até onde chega uma comunidade que se envolve na vida dos irmãos, o Papa Francisco convidou a não ter medo em «ser hospital de campanha».

Já possuímos várias instituições e grupos que estão próximos de cada pessoa que deles necessita; contudo, a exigência que hoje é colocada é mais abrangente, e convoca todos os batizados para não ficarem indiferentes à vida concreta dos que com eles vivem.

Comunidade de discípulos missionários que acompanha: Este é um dos princípios mais realçados quando nos referimos à tarefa evangelizadora da Igreja junto de cada pessoa e atendendo à realidade de cada um, circunstâncias, idades, cultura, escolaridade, profissões...

É o que denominamos por pastoral do acompanhamento que, mais do que organizar eventos de massa, que também são necessários, mais do que anunciar a grupos mais ou menos definidos, o que também é útil, exige uma atenção de proximidade a cada pessoa, a cada família, a cada grupo ou a cada atividade cultural ou profissional.

Habitados que estamos em tudo realizar no coletivo de massas humanas que agora rareiam, parece mostrarmos alguma confusão pelo facto de sermos desafiados para um modelo novo que bebe nas origens da fé cristã.

A cultura atual, entre muitos defeitos, revela uma característica a que se deve atender e oferecer o melhor do nosso esforço, e que diz respeito à personalização. Isto significa que cada pessoa já não quer ser tratada tão-só como uma no meio de muitas, de forma anónima e sem rosto, mas, pelo contrário exige ser reconhecida na sua individualidade e nos contornos da sua personalidade, do seu pensamento, das suas aptidões, gostos e valores.

Daí a necessidade imperiosa de transformarmos a nossa prática pastoral.

Segundo as palavras do Santo Padre, o Papa Francisco, uma comunidade que se dispõe a encetar este estilo de vida pastoral, reconhece que «acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam» (EG. 24). E ainda, «conhece as longas esperas e a suportação apostólica» (EG. 24).

De facto, «a evangelização patenteia muita paciência, e evita deter-se a considerar as limitações» (EG. 24).

Recuperemos e repitamos algumas das intuições que esta citação do Papa nos oferece. Diz-nos que urge acompanhar os processos pessoais de toda a humanidade; sem rejeitar a sua dureza ou a sua demora.

Esta atitude contrasta com a mais frequente forma de proceder, porque somos levados pelo imediato e rejeitamos tudo o que seja difícil e duro de empreender.

Deixemo-nos atrair e renovar nos nossos procedimentos através da lúcida apresentação da evangelização que o Papa traduz como exigência de muita paciência e de não considerarmos as limitações, que são sempre muitas.

Esta evangelização feita pela proximidade e acompanhamento de cada pessoa, está muito presente nas palavras do Papa Francisco, que convidam à informalidade, ao dizer que se a Igreja deseja viver uma profunda renovação missionária, «há uma forma de pregação que nos compete a todos como tarefa diária: é cada um levar o Evangelho às pessoas com quem se encontra, tanto aos mais íntimos como aos desconhecidos» (EG. 127).

Na verdade, «é a pregação informal que se pode realizar durante uma conversa, e é também a que realiza um missionário quando visita um lar» (EG. 127). Deste modo, «ser discípulo significa ter a disposição permanente de levar aos outros o amor de Jesus; e isto sucede espontaneamente em qualquer lugar: na rua, na praça, no trabalho, num caminho» (EG. 127).

O Papa Francisco vai mais longe e apresenta um breve projeto de evangelização em contexto de proximidade e de acompanhamento. Diz ele que «o primeiro momento é um diálogo pessoal, no qual a outra pessoa

se exprime e partilha as suas alegrias, as suas esperanças, as preocupações com os seus entes queridos e muitas coisas que enchem o coração» (EG. 128).

Continua o Santo Padre: «Só depois desta conversa é que se pode apresentar-lhe a Palavra, seja pela leitura de algum versículo ou de modo narrativo, mas sempre recordando o anúncio fundamental: o amor pessoal de Deus que Se fez homem, entregou-Se a Si mesmo por nós e, vivo, oferece a sua salvação e a sua amizade» (EG. 128).

Realmente, «é o anúncio que se partilha com uma atitude humilde e testemunhal de quem sempre sabe aprender, com a consciência de que esta mensagem é tão rica e profunda que sempre nos ultrapassa» (EG. 128). Deste modo, «umas vezes exprime-se de maneira mais direta, outras através dum testemunho pessoal, uma história, um gesto, ou outra forma que o próprio Espírito Santo possa suscitar numa circunstância concreta» (EG. 128).

Adverte ainda o Papa Francisco que, neste processo evangelizador, «se parecer prudente e houver condições, é bom que este encontro fraterno e missionário conclua com uma breve oração que se relacione com as preocupações que a pessoa manifestou» (EG. 128).

Conclui, então, sublinhando que «assim ela sentirá mais claramente que foi ouvida e interpretada, que a sua situação foi posta nas mãos de Deus, e reconhecerá que a Palavra de Deus fala realmente à sua própria vida» (EG. 128).

Se esta pastoral do acompanhamento é exigida em todas as idades e em todas as circunstâncias das pessoas do nosso tempo, ela torna-se ainda mais premente junto dos jovens.

Na Exortação Pós-sinodal *Christus Vivit*, num dado passo, lê-se que «os jovens precisam de ser respeitados na sua liberdade, mas necessitam também de ser acompanhados» (CV. 242).

Figura desde logo a família, que deveria ser o primeiro espaço de acompanhamento.

Certamente que «a pastoral juvenil propõe um projeto de vida baseado em Cristo: a edificação duma casa, duma família construída sobre a rocha (cfr. Mt. 7, 24-25)» (CV. 242).

Tratando-se de jovens, torna-se natural que uma das maiores preocupações no acompanhamento seja de teor vocacional. Assim, «para a maioria deles, esta família, este projeto concretizar-se-á no matrimónio e na caridade conjugal» (CV. 242).

Continua o texto sublinhando que «por isso, é necessário que a pastoral juvenil e a pastoral familiar tenham uma continuidade natural, trabalhando de maneira coordenada e integrada para poder acompanhar adequadamente o processo vocacional» (CV. 242).

A par com a família está a comunidade que «desempenha um papel muito importante no acompanhamento dos jovens, e toda a comunidade se deve sentir responsável por acolhê-los, motivá-los, encorajá-los e estimulá-los» (CV. 243).

Para alcançar estes objetivos junto dos jovens «implica que se olhe para os jovens com compreensão, estima e afeto, e não que sejam julgados continuamente ou lhes seja exigida uma perfeição que não corresponde à sua idade» (CV. 243).

Neste acompanhamento dos jovens, deve-se ter em conta as circunstâncias da sua idade e da sua formação, mas igualmente se deve atender ao facto de que é nesta idade que se fazem as grandes escolhas vocacionais. Não se deve esconder a Pessoa de Jesus Cristo, na Sua autenticidade, que uma vez presente na vida do jovem chama e envia e responde a todas as inquietações do coração juvenil.

Preparar agentes pastorais para uma evangelização em estilo de acompanhamento é urgente e necessário para a renovação da nossa Igreja diocesana e das suas comunidades cristãs.

Este é dos maiores desafios lançados na preparação do Jubileu diocesano.

Comunidade de discípulos missionários que frutifica:

S. João, no seu Evangelho, recorda as palavras de Jesus de Nazaré quando, perante os seus discípulos, lhes disse: «fui Eu que vos escolhi e vos nomeei para irdes e dardes fruto, e o vosso fruto permaneça» (Jo. 15, 16).

É o mesmo desafio que nos é lançado hoje, isto é, no mundo de hoje somos chamados e oferecer os frutos que brotam do nosso ser discípulos de Jesus Cristo.

Neste sentido, recordemos uma outra passagem do Evangelho que nos deve interpelar fortemente ao testemunho fiel, coerente, convicto e firme da nossa comunhão com Cristo. Refere o Evangelista S. Mateus: «Ou admitis que a árvore é boa e o seu fruto é bom, ou admitis que a árvore é má e o seu fruto é mau» (Mt. 12, 33).

Para que a árvore dê melhor fruto, necessita de cuidado e de que os ramos estejam unidos à cepa ou ao tronco, do qual recebem a vida. Voltemos ao Evangelho de S. João, onde podemos ler: «Eu sou a videira verdadeira e o Meu Pai é o agricultor. Toda a vara que em Mim não dá fruto, Ele corta-a, e limpa toda aquela que dá fruto, para que dê mais fruto. (...) Como a vara não pode dar fruto por si mesma se não estiver na videira, assim acontecerá convosco se não estiverdes em Mim. (...) Quem está em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto» (Jo. 15, 1-5).

E, por fim refere Jesus Cristo que «dando vós muito fruto, Meu Pai é glorificado; e assim sereis meus discípulos» (Jo. 15, 8).

Nesta alegoria da videira e dos ramos está presente o grande mistério da vida cristã, na qual se experimenta a presença de Jesus Cristo que convida à comunhão permanente com Ele, e, dessa comunhão vivida e convivida, flui com força e criatividade renovada em ordem à

missão, a missão, isto é, a oferta da vida traduzida nos frutos que estão ao dispor de todos os que passam nos mesmos itinerários do mundo.

Igualmente, deve merecer a nossa atenção o facto de Jesus de Nazaré exigir que se limpe a árvore, isto é a comunidade, ou mesmo a vida de cada um, de modo que não haja cristãos inativos, secos e sem vida, já que daí não é possível colher qualquer fruto.

Na vida cristã, a participação ativa, coerente e fiel ao Evangelho do batizado, é condição para se considerar verdadeiramente discípulo de Jesus Cristo.

Já o Papa Francisco, na Exortação Pós-sinodal, *Evangelii Gaudium*, afirma que «a comunidade evangelizadora mantém-se atenta aos frutos, porque o Senhor a quer fecunda» (EG. 24). Aliás, «cuida do trigo e não perde a paz por causa do joio» (EG. 24).

Tal como nos deparamos na parábola do Evangelho, «o semeador, quando vê surgir o joio no meio do trigo, não tem reações lastimosas ou alarmistas» (EG. 24). Pelo contrário, «encontra o modo para fazer com que a Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova, apesar de serem aparentemente imperfeitos ou defeituosos» (EG. 24).

Na verdade, «o discípulo sabe oferecer a vida inteira e jogá-la até ao martírio como testemunho de Jesus Cristo, mas o seu sonho não é estar cheio de inimigos, mas antes que a Palavra seja acolhida e manifeste a sua força libertadora e renovadora» (EG. 24).

Seja na caminhada de preparação para o Jubileu diocesano, seja na sua celebração e projetados para o futuro da missão evangelizadora na Diocese, teremos de cuidar do modo de ser discípulo, participante ativo de uma comunidade cristã, presente no mundo atual e com as condições descritas no Evangelho para dar frutos que, pela beleza e sabor, atraiam todos os que andam famintos e sequiosos de Deus.

Comunidade de discípulos missionários que festeja: a festa deve ser a característica distintiva do discípulo de Jesus Cristo. Junto com a festa, está a alegria.

Verdadeiramente, este é o tempo para nos questionarmos sobre as nossas ações de anúncio, celebrativas, de pastoral comunitária ou de ação caritativa, se revelam festa e alegria ou o contrário.

Não estará aqui um dos maiores motivos para a falta de presença e de atração nas ações comunitárias?

S. Paulo convida a comunidade de Filipos a alegrar-se. Por isso, são também para nós hoje as suas palavras que nos exortam à alegria, quando refere: «Alegrai-vos sempre no Senhor, repito, alegrai-vos» (Fil. 4, 4).

Finalmente, refere o Papa Francisco, «a comunidade evangelizadora jubilosa sabe sempre “festejar”: celebra e festeja cada pequena vitória, cada passo em frente na evangelização» (EG. 24).

Realmente, «no meio desta exigência diária de fazer avançar o bem, a evangelização jubilosa torna-se beleza na liturgia» (EG. 24). E, deste modo, «a Igreja evangeliza e se evangeliza com a beleza da liturgia, que é também celebração da atividade evangelizadora e fonte dum renovado impulso para se dar» (EG. 24).

Na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, o Papa Francisco, ao referir-se à santidade no mundo atual, apresenta como característica principal a alegria. Diz ele. «o santo é capaz de viver com alegria e sentido de humor» (GE. 122), já que «sem perder o realismo, ilumina os outros com um espírito positivo e rico de esperança» (GE. 122).

Na verdade, «ser cristão é “alegria no Espírito Santo” (Rm. 14, 17), porque, “do amor de caridade, segue-se necessariamente a alegria”» (GE. 122).

Continua ainda o Papa Francisco, convidando a viver a fé cristã na alegria e na festa, dizendo que «existem momentos difíceis, tempos de cruz, mas nada pode destruir a alegria sobrenatural, que “se adapta e transforma, mas sempre permanece pelo menos como um feixe de luz que

nasce da certeza pessoal de, não obstante o contrário, sermos infinitamente amados”» (GE. 125).

Aliás, «é uma segurança interior, uma serenidade cheia de esperança que proporciona uma satisfação espiritual incompreensível à luz dos critérios mundanos» (GE. 125).

Por último, reconhecemos que «o amor fraterno multiplica a nossa capacidade de alegria, porque nos torna capazes de rejubilar com o bem dos outros: “alegrai-vos com os que se alegram” (Rm. 12, 15)» (GE. 128). Sim, «alegramo-nos quando somos fracos e vós sois fortes (2Cor. 13, 9)» (GE. 128).

Aos jovens da Colômbia, em setembro de 2017, o Papa Francisco exortou-os a não deixar que lhes roubassem a alegria. Dizia-lhes: «mantende viva a alegria, porque é sinal do coração jovem, do coração que encontrou o Senhor».

E, acrescenta-se: «se mantendes viva esta alegria com Jesus, ninguém vo-la pode tirar, ninguém (cfr. Jo. 16, 22). Mas, na dúvida, aconselho-vos: não vo-la deixeis roubar, cuidai dessa alegria que tudo unifica no facto de saber-se amado pelo Senhor.

Como desenvolver toda a atividade pastoral da Igreja diocesana e das nossas comunidades paroquias, de modo que a festa seja nítida e atrativa? Eis um dos maiores desafios, mas tão necessário para ser fiel ao Evangelho e à procura interior dos homens e mulheres de hoje.

3. Principais ações para o Ano Pastoral de 2023 – 2024

Neste Ano Pastoral de 2023 – 2024 estaremos focados no conhecimento mais aprofundado da realidade da nossa Diocese de Viana do Castelo, procuraremos descobrir, através do discernimento autêntico, o que o Espírito de Deus nos diz e como nos desafia, e concretizaremos a nossa reflexão em propostas concretas para o itinerário de três anos que antecede a celebração do Jubileu diocesano.

Iremos envolver toda a Diocese, as suas comunidades paroquiais e outras, nomeadamente o Conselho Pastoral Diocesano e os Conselhos Pastorais Paroquiais ou de Unidade Pastoral, os diversos grupos, movimentos e sectores da atividade pastoral da Diocese.

Estabelecer-se-á um plano de formação teológico ou pastoral para os diversos ministérios, nomeadamente para os candidatos ao Diaconado Permanente e ao Catequista Instituído. Progressivamente e de modo organizado, ir-se-á estendendo a formação cristã do Povo de Deus a toda a Diocese, através da promoção de alguns polos descentrados para se tornar mais próxima das pessoas.

Dado o teor pastoral de que se reveste o próximo ano pastoral, procuraremos aprofundar o desafio lançado pelo Papa Francisco e que serve de Lema para este ano, e que fica já exposto no número anterior:

Diocese de Viana do Castelo, **«Comunidade de Discípulos Missionários».**

Como já fica exposto, só quando todos os batizados no contexto da nossa Diocese tomarem consciência dos desafios que lhes são lançados pela realidade de pertença ativa numa Comunidade Cristã; reconhecerem a beleza de serem discípulos, convocados e enviados pelo Mestre, Jesus de Nazaré; e sentirem o impulso que, a partir do amor vivido e convivido em Cristo e com os irmãos, os lança na missão evangelizadora, teremos as coordenadas para programar o futuro que queremos para a Igreja Diocesana, que se alegra em Ação de Graças ao Senhor, mas que se projeta na Esperança na edificação da Civilização do Amor.

3.1. A Ecclesologia Conciliar nas palavras e gestos do Papa Francisco

Esta vai ser uma grande ação para a qual estão convocados todos os diocesanos, que ocorrerá nos dias 18 de novembro e 1 e 2 de dezembro, deste ano de 2023.

Estarão conosco peritos que melhor conhecem o Papa Francisco, porque convivem com ele todos os dias e estão em sintonia com o seu pensamento teológico e os desafios que lança à renovação da Igreja.

Deste modo, «Interpelações do Papa Francisco para a Igreja de hoje», «A centralidade da Pessoa de Jesus Cristo na renovação da Igreja», «A caminhada da Igreja Conciliar na promoção da participação ativa de todos os batizados», «Igreja Missionária, de portas abertas e acolhedora», «Ecos do Sínodo sobre a Sinodalidade e o que se espera em ordem ao futuro da Igreja», são alguns dos temas a tratar nestas Jornadas e que, certamente, despertarão os diocesanos para abrir novos horizontes para a evangelização nas comunidades cristãs.

3.2. Edificação de Comunidades Cristãs verdadeiramente ministeriais e participativas

Continuaremos a promover os diversos ministérios, sejam ordenados – presbíteros e diáconos – sejam laicais, nomeadamente a instituição do catequista.

Este itinerário está a dar passos, mas exige-se maior dinamismo pastoral à volta da promoção dos ministérios. Estamos perante uma exigência do ser Igreja e da missão que esta deve realizar que, no futuro, terá de ser em comunidade que se manifesta nos diversos ministérios.

A participação de todos os batizados na vida da Igreja requer a promoção dos Conselhos Pastorais Paroquiais ou de Unidade Pastoral. É uma exigência a que temos de prestar a melhor atenção, ser persistente e ter a coragem de sempre recomeçar.

3.3. Sinodalidade – Novo Rosto das Comunidades Cristãs

Com a celebração da primeira fase do Sinodo dos Bispos sobre a «Sinodalidade» na Igreja, após um tempo razoável de auscultação e permanecendo atentos e implicados para a segunda fase que se realizará dentro de um ano, todos os cristãos da Diocese, na variedade das suas vocações e ministérios, devem não só atender aos dinamismos que a reflexão sinodal vai oferecendo, mas impõe-se a coragem para atingir e renovar as comunidades cristãs através desta proposta, que só terá eficácia se entrar na prática da vida pastoral das paróquias.

Formar para a sinodalidade é uma exigência para o futuro próximo nos planos pastorais da nossa Diocese.

3.4. Promoção de Escolas de Formação do Povo de Deus

Neste sentido, ao longo do próximo ano, a partir da Vigararia para a Evangelização e Formação do Povo de Deus articulada com o Instituto Católico, definir-se-ão os polos de irradiação da referida formação cristã do Povo de Deus, constituir-se-á uma equipa de sensibilização e de coordenação em cada Arciprestado, e organizar-se-á um programa adaptado à realidade atual, de cariz vivencial, atendendo às várias vertentes do ser humano e orientado sempre para a evangelização.

Vamos contar com um departamento do Instituto Católico denominado de «Centro de Reflexão Pastoral», dotado de um Coordenador, que ajudará algumas paróquias a criar novas iniciativas pastorais que, pela sua inovação, possam traduzir o Evangelho para a realidade do mundo de hoje.

Apelo para o melhor interesse para a área da formação cristã, porque ela é básica para a renovação que se pretende com a celebração do Jubileu diocesano.

Vamos fazer todos os possíveis para que ao longo dos anos de preparação se vá consolidando este plano de formação para a Diocese.

3.5. Pastoral Juvenil e Pastoral do Ensino Superior

Todos reconhecemos a prioridade à pastoral dos jovens. Esta expectativa tem de materializar-se em projetos e processos que, a partir dos jovens, se tornem aptos para a evangelização dos jovens de hoje.

Iremos aproveitar os dinamismos gerados com a preparação da Jornada Mundial da Juventude/Lisboa 2023 e o entusiasmo que advém da sua celebração, para lançarmos algumas iniciativas de auscultação dos jovens para o caminho a realizar em conjunto, em ordem a uma adequada e efetiva pastoral de jovens.

O mesmo se diga da Pastoral do Ensino Superior. Esta, contando com os jovens estudantes, terá também de saber responder à pastoral da inteligência e da investigação, onde se incluem os professores e investigadores.

Contamos com um novo Secretariado da Pastoral de Jovens e, igualmente, estamos a fazer esforços no sentido de organizar uma Equipa Coordenadora da Pastoral do Ensino Superior.

Lanço um apelo para que nestas duas áreas da vida pastoral nos encontremos com pessoas que, pela sua generosidade, capacidade de fé, boa formação humana e cristã, com autêntica criatividade, ofereçam o melhor de si e das suas capacidades.

O mesmo se diga das comunidades cristãs. Estas terão de colocar na sua organização pastoral a prioridade dada aos jovens.

3.6. Pastoral Familiar

Temos estado a dar passos muito importantes no domínio da evangelização da família. Importa ir mais além.

Teremos de aproveitar os dinamismos gerados pelas famílias de acolhimento de jovens para a Jornada Mundial, para as despertar para a sua ação pastoral, agora, no domínio da evangelização da família.

A família sofre, hoje, confrontos nunca imaginados, a necessitar de respostas muito concretas.

A partir do Secretariado Diocesano da Pastoral Familiar deve-se estabelecer um núcleo da Pastoral Familiar em cada Arciprestado, que analise a realidade, que promova ações para iluminar a importância da família na Igreja e na sociedade atuais, inclusivamente criar gabinetes de atendimento para ajudar na resolução dos problemas familiares, e sempre com a proposta do Evangelho da Família.

3.7. Pastoral organizada pelos sectores profissionais

O mais recente Conselho Pastoral Diocesano pediu muito que se atendessem às realidades laborais e profissionais como meios de evangelização.

Embora ainda muito ténue, já há algumas experiências da presença de cristãos que, de modo organizado, procuram fermentar os seus meios pela força renovadora do Evangelho e seguindo as orientações da Doutrina Social da Igreja.

É um sonho a prosseguir e uma meta a alcançar, com passos firmes, mas também sabendo das dificuldades que hoje se colocam no domínio do trabalho.

Em todos os sectores profissionais há católicos ativos, capazes de oferecer o dinamismo da sua adesão a Jesus Cristo para a evangelização organizada do seu meio.

É um caminho a continuar.

3.8. *A Única Missão da Igreja é Evangelizar*

Urge a tomada de consciência de que o único objetivo da Igreja, em todas as suas ações, é evangelizar, isto é, proclamar a Boa Notícia que é Jesus Cristo, por palavras e por gestos.

Recorrendo à Exortação Pós-sinodal, *Evangelii Nuntiandi*, de S. Paulo VI, considerada a Carta Magna da Evangelização, numa determinada passagem diz-se que «evangelizar constitui, de facto, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade» (EN. 14).

Na verdade, «ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição» (EN. 14).

Continua o referido texto, referindo que «evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma» (EN. 15). Aliás, «comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor» (EN. 15).

Como «povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa de ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e reunida de novo por ele» (EN. 15).

Como afirma S. Paulo VI, resumindo, «numa palavra, é o mesmo que dizer que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar frescor, alento e força para anunciar o Evangelho» (EN. 15).

Contudo, não há evangelização se não houver evangelizadores. Recordemos uma expressão do profeta Isaías: «Quem enviarei Eu? Quem

irá por Mim? Então eu disse: eis-me aqui, enviai-me» (Is. 6, 8). E, na Carta aos Romanos, S. Paulo insiste nesta verdade do envio e da missão dizendo: «Mas como hão-de invocar Aquele em quem não acreditaram? E como hão-de acreditar n'Aquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes prega? E como pregarão se não forem enviados?» (Rom. 10, 14-15).

Perguntas pertinentes e de tremenda atualidade que devem inquietar cada uma das comunidades cristãs e cada batizado, na responsabilidade que cabe a cada um na edificação de comunidades que despertem para a vocação.

Segundo as palavras de S. Paulo VI, pertence à Igreja cuidar das vocações e preparar quem é enviado para a Missão.

Na verdade, «é ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar» (EN. 15).

Adverte-se, dizendo que «a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas ideias pessoais, mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade» (EN. 15).

Eis o desafio que deve mobilizar toda a comunidade diocesana na preparação do Jubileu, na sua celebração e nas orientações que marcarão o futuro da nossa Igreja diocesana.

Todo o povo de Deus é missionário e evangelizador, mas exige-se a formação dos batizados para os capacitar para esta tarefa, e a promoção dos ministérios que atuarão no meio da comunidade e no serviço ao mundo, através da vivência do Evangelho.

Maria Santíssima, Mãe de Deus e nossa Mãe,
Estrela da Nova Evangelização,

Vós que fostes agraciada pelo dom do Espírito Santo
Para que o mundo, através de Vós,
Recebesse o autor da Vida e da Salvação, Jesus Cristo:
Sempre dócil à vontade de Deus Pai,
Acompanhai o Povo Santo desta Diocese de Viana do Castelo prestes a
preparar o Jubileu diocesano,
Ajudai-nos a discernir os Sinais dos Tempos
para descobrirmos os caminhos
nos quais ninguém fique de fora,
que nos projetam num futuro de Esperança,
E despertai-nos para a fidelidade à Palavra do Vosso Filho,
Para a participação ativa na comunidade cristã
E para a missão evangelizadora na Igreja e no Mundo.
Fortalecei a nossa fraternidade alimentada na Eucaristia,
E orientai os nossos passos
em direção aos mais excluídos e marginalizados.
Amparai-nos nos caminhos do apostolado
E partilhai connosco da alegria de seguir
O chamamento do Vosso Filho.
Encaminhai-nos para a edificação da Igreja diocesana,
Comunidade de todos e para todos.
Acolhei as crianças, adolescentes, jovens, famílias e idosos,
e defendei-os dos perigos que os cercam.
Convidai-nos a seguir-vos diligentemente
No anúncio da Boa Nova, da Esperança e da Alegria
aos homens e mulheres deste tempo.

Ámen